

Parlamentares do DF na rua pela reforma

Parlamentares do Distrito Federal de quatro partidos políticos estarão unidos, neste final de semana, em torno de uma questão que divide radicalmente a Assembleia Nacional Constituinte: a reforma agrária. Os senadores Pompeu de Souza (PMDB) e Maurício Corrêa (PDT) e os deputados Sigmaringa Seixas (PMDB), Geraldo Campos (PMDB), Augusto Carvalho (PCB) e Maria de Lourdes Abadia (PFL) vão participar de um Mutirão para a coleta de assinaturas da emenda popular pela reforma agrária.

Um carro de som percorrerá as cidades-satélites do Guarã, Taguatinga e Ceilândia convocando as pessoas para assinarem a proposta popular de emenda ao projeto de Constituição, que prevê, entre outras coisas, a imissão automática da posse da terra e limita o tamanho da propriedade rural em 60 regiões de exploração agrícola.

Segundo informações da Associação Brasileira da Reforma Agrária (Abra) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), já foram colhidas, em todo o País, mais de 400 mil assinaturas. Só em Brasília foram coletadas cerca de oito mil assinaturas. Na plataforma superior da Rodoviária, onde fica um posto de coleta, uma média de 700 pessoas assinam a emenda por dia.

A população de Brasília está motivada para assinar esta emenda — afirmou Oswaldo Russo, coordenador da Abra no Distrito Federal. Ele explicou que a manifestação da qual vão participar os constituintes de Brasília, começará a partir das nove da manhã de sábado em Taguatinga, na Praça do Relógio e na Feira do Guarã. Em Ceilândia, a coleta de assinaturas, com a participação dos políticos, será no domingo, também a partir das nove horas, na Feira da Ceilândia.

Previdência fechada com amplo apoio

Mais de 100 mil pessoas já assinaram proposta de emenda constitucional a ser encaminhada à Assembleia Nacional Constituinte, sugerindo a necessidade de supressão do artigo 360 do atual anteprojeto da nova Constituição, que estabelece que trabalhadores e empresas estatais devam ter contribuição paritária para os fundos de pensão. Segundo Paulo Mente, presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada — Abrapp, esse número deve crescer ainda mais, contra as 30 mil excludas, para que os parlamentares sejam sensibilizados e atender aquela reivindicação.

Hoje estarão reunidos em Brasília a diretoria e o conselho deliberativo da Abrapp, quando será discutida a melhor estratégia para convencer os constituintes "a não consumarem a injustiça que está para ser consumada contra os fundos de pensão", conforme afirma Paulo Mente.

Os 180 fundos de pensão autorizados a funcionar no Brasil são patrocinados por mais de 700 empresas, mais da metade delas do setor privado, beneficiando a cerca de sete milhões de trabalhadores e seus dependentes. Ao patrocinar uma emenda popular, os fundos procuram não apenas evitar a paridade, desaconselhável tendo em vista a realidade das estatais, como serem explicitamente reconhecidos pela nova Constituição como instituições complementares da Previdência oficial, além de reconhecida com todas as letras a imunidade tributária.

Senadores aprovam mais empréstimos

O Senado, em sessão extraordinária realizada ontem de manhã, aprovou os pareceres orais dos relatores de quatro autorizações de contratação de operações de para os créditos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina, além do município de Jundiápolis, em São Paulo. Hoje, durante nova sessão, os senadores irão votar as autorizações, que somam, em cruzados, mais de 6 milhões e 700 mil OTNs.

Também na sessão de ontem foi aprovada por unanimidade projeto de lei de iniciativa do presidente da República concedendo imunidade tributária à Fundação Casa de Rui Barbosa, de Arte e à Fundação Joaquim Nabuco, à Fundação Navvional além de tornar impenhoráveis os seus bens.

Constituinte recebe mais quatro emendas

Elas defendem maior participação popular e foram entregues em clima de comício

EUGENIO NOVAES



Ulysses se emociona e garante que as propostas não serão esquecidas

Sarney é a garantia para a democracia

ZELIA GATTAI Especial para o CORREIO

Há quatro meses, desde março, nos encontramos em Paris — Jorge e eu — trabalhando. Jorge escreve um romance, "O Sumico da Santa", onde trata de miscigenação e sincretismo religioso, um livro onde são abordados problemas da maior seriedade de forma alegre e divertida, um livro encantador — que me desculpem o corujismo, falo como leitora e não como esposa. Quanto a mim, vou pelo quarto livro de memórias, "Jardim de Inverno", encontro-me no momento em 1950, em pleno exílio, na Tchecoslováquia.

Por gentileza de amigos na Varig, recebemos de quando em vez jornais do Rio e de São Paulo que nos põem a par dos acontecimentos no Brasil. Acontecimentos que nos deixam tristes e, às vezes, na maior preocupação, como o do recente ato de vandalismo contra o Presidente da República. E eu me pergunto: "onde anda essa gente com a cabeça?" Tenho razões de sobra para me inquietar. No correr de anos e anos, assisti vários retrocessos na vida política brasileira. Sofri na própria carne a opressão e a violência dos regimes totalitários: na ditadura do Estado Novo, vi meu pai arrastado para a cadeia, torturado, morrendo aos 54 anos em consequência dessa prisão. Jorge teve seus livros proibidos, queimados em praça pública em São Paulo e na Bahia; foi preso várias vezes e penou anos de exílio na Argentina. Em janeiro de 1948, em outro retrocesso, no Governo Dutra, Jorge e seus 15 companheiros de bancada foram expulsos do Parlamento para o qual haviam sido eleitos pelo voto do povo em eleições democráticas. Nessa ocasião tive minha casa invadida e saqueada pela polícia do Estado do Rio, em plena madrugada, eu sozinha com meu filho, uma criança de três meses. Jorge havia partido para a Europa; as perseguições após a cassação do mandato ameaçavam-me mais uma vez a liberdade. Passamos cinco anos no exílio.

Venho de família operária, sei como quem melhor sabe, da miséria existente no Brasil, das necessidades que passam os trabalhadores. Os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres e o Brasil se encastrando, afundado na dívida externa.

Neste ano de 1987, o Brasil continua encastrado, sua situação eco-

nômica é grave, ninguém pode negar, mas existe ao menos uma coisa positiva: a democracia. Esse é o outro lado da realidade de que também ninguém pode negar. Impossível consertar de uma hora para outra, o que foi avilado no correr de tantos anos. Não será possível resolver tantos e tão complexos problemas num ano, nem em dois, nem em três, nem em quatro. Como é que se pode tirar o País do fundo do poço onde foi atirado, assim de repente? Ninguém é Deus! Com tanta incompreensão, tanta falta de patriotismo, tanta falta de memória, tanta violência rolando por aí, não se vai conseguir nada ou, antes, força-se a barra para um novo retrocesso, quem sabe, outra vez a ditadura. E então, além da miséria, a opressão.

Todo mundo reclama da situação mas não vi ainda ninguém apresentar uma sugestão concreta para saná-la. Mudar de Presidente? E daí? Vai resolver alguma coisa? Ainda não vislumbrei outro melhor do que José Sarney para a atual conjuntura de transição. Sarney é honesto e trabalhador e tem a mão estendida a quem queira colaborar com ele.

O Plano Cruzado I marchou bem enquanto contou com o apoio do povo. Depois os insatisfeitos, os que estão acostumados a ganhar dinheiro fácil, os que desejam apenas enriquecer sem pensar nos interesses da Pátria, os que ambicionam o poder acima de tudo, se uniram e, num conluio monstruoso, sabotaram, descaradamente, o Plano Cruzado: começaram por inventar e espalhar o boato de que os bancos mais fortes do País iam fechar suas portas, iam falir. O povo foi na conversa e ai deu-se uma grande confusão, formaram-se filas gigantes em frente a esses estabelecimentos bancários, para retirar o dinheiro neles depositado, ameaçando-os de verdade. Depois, da noite para o dia, os pastos secaram, os bois sumiram dos campos e a carne dos acougues. Dai os úberes das vacas também secaram e o leite sumiu do mercado. As galinhas entraram em recesso, trancaram-se e os ovos desapareceram da praça. Depois elas próprias morreram antes de chegar aos abatedouros e, assim, foi sumindo tudo, os estabelecimentos de comestíveis ficaram com sua prateleiras puras, o povo desatinado.

Num grande esforço e muita coragem, para impedir que os produtos bá-

sicos faltassem à população, o Presidente importou carne e leite. Os boatos criminosos surgiram logo e se espalharam amedrontando o povo: "A carne está podre!", "O leite contaminado!". Desprevidado, o povo foi na onda e o Plano Cruzado acabou na rua da amargura. E ou não é verdade? Encerrado o Plano Cruzado I, entrou o Plano II, trazendo o congelamento dos preços, causando o maior milagre de todos os tempos: da noite para o dia os pastos verdejaram, o boi ficou gordo — gordo até demais! e deu o ar de sua graça abarrotando de carne os acougues; as galinhas voltaram a produzir, se soltaram espalhando ovos de não acabar e deixaram até de morrer antes do tempo. Tudo isso aconteceu nas barbas dos que hoje organizam passeatas de protestos. Na ocasião do "milagre" eles não se manifestaram, nem mesmo estranharam...

Num momento de decisões, como as dos problemas do Brasil, a união de todas as forças é fundamental: a união dos operários, dos intelectuais e do povo todo, é a chave para qualquer solução.

Não estou aqui a querer descobrir o ovo de Colombo. O provérbio: "A união faz a força", vem de longe, muito longe... Se interrompo o trabalho de meu livro para escrever estas linhas, com exemplos que possam parecer até ingênuos, é porque não quero me arrependar um dia de não ter dito o que tinha vontade de dizer agora, mais do que vontade, obrigação. Já não tenho idade nem paciência para voltar a viver cenas que narro hoje em meu livro, cenas de exílio e de injustiças sofridas. Quero ler o direito de ouvir todas as músicas que Chico Buarque queira compor. Não desejo voltar a visitar Caetano Veloso e Gilberto Gil no exílio. Não quero voltar a saber que o nome de Jorge Amado se encontra na lista negra da censura a cortar capítulos e mais capítulos da novela de televisão, adaptada do romance "Gabriela", a proibir que se fizesse a adaptação de "Dona Flor", para a TV. Quero ver estampadas no jornal, sem censura, as belas caricaturas do Chico. Quero que Juca Chaves, ex-campeão dos censurados, possa cantar o que lhe der na gana, como faz hoje, livremente. Enfim, quero viver num país que tenha democracia!

Paris, julho de 1987

Em clima de comício, com direito a furação de políticos, gritos e palavras de ordem e até a um inflamado discurso de candidatura à Presidência da República — feito pelo senador Mário Covas — foram entregues ontem quatro emendas populares à Constituinte. Com estas, sobre a 22 o número de propostas populares encaminhadas à Comissão de Sistematização.

As propostas apresentadas estão subscritas por 450 mil eleitores. Duas delas defendem maior participação popular na ordem institucional do País (com a continuidade do instrumento popular de apresentação de emendas, mesmo depois do encerramento da Constituinte), uma outra aposentadoria para a dona-de-casa e a quarta emenda cria mecanismos de defesa dos direitos da mulher.

O ato de entrega das propostas foi realizado no auditório Nereu Ramos e reuniu centenas de representantes das entidades patrocinadoras das emendas: o

Grupo Pró-participação Popular na Constituinte (que promete apresentar mais emendas até o dia 12, data de encerramento do recebimento de propostas populares), o Movimento Gaúcho Pró-Constituinte, o Movimento das Donas-de-Casa do Brasil e do projeto "Nós e a Constituinte", uma associação de entidades de defesa dos direitos da mulher.

COMICIO

As caravanas que compareceram à Câmara ontem chegaram dispostas a chamar bastante a atenção: trouxeram pandeiros, ensaiaram músicas e palavras de ordem e se armaram de dezenas de faixas — numa delas estava a "deixa" esperada pelo senador Mário Covas para transformar o encontro num autêntico comício. Covas esperou a um canto, discretamente, que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, se retirasse, sob os gritos de "diretas já". Antes de sair, Ulysses falou, mas não foi tão aplaudido quanto se es-

perava, embora tenha defendido a presença dos eleitores no processo constituinte.

Saindo Ulysses, a festa foi de Covas. Como o número de mulheres no auditório era elevado, o senador começou dizendo que "Constituinte sem mulher é como um jardim sem flores". Chamou os grupos presentes a se manifestarem, um a um, sendo aplaudido por todos eles. Dono da festa, Covas defendeu maior participação popular na Constituinte, lamentou o fato de que no mês que vem, quando começar a votação da nova Carta pelo plenário não haverá livre acesso às galerias (serão distribuídas senhas às entidades) e terminou dizendo que "o povo tem que ter a prerrogativa e o direito de decidir qual será o próximo presidente deste País". Esta frase levantou as torcidas e foi suficiente para o que o senador desejava — testar suas possibilidades junto às bases. O sorridente Covas que saiu do auditório, há de ter chegado a uma conclusão: funcionou.

Para Ulysses, até algumas vaias

"Agora é essa história, toda hora, de entrega de emendas populares, não posso ficar muito tempo lá", cochichou a um assessor do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, a caminho do auditório Nereu Ramos, para mais uma maratona de discursos e manifestações na entrega de outras quatro emendas populares. Mas diante do auditório lotado e irrequieto, Ulysses acabou se emocionando e, num discurso inflamado, disse até que as emendas populares não vão ser esquecidas porque "tem valor maior que a dos constituintes, que são meramente pessoais".

Quando o presidente do PMDB entrou no auditório Nereu Ramos, para receber as emendas de participação popular na Constituinte e aposentadoria para a dona-de-casa, houve um começo de vaia. Ulysses resolveu caprichar no discurso e louvou o trabalho para a coleta "dessa montanha de papéis, que são assinaturas molhadas de chuva, quentes de sol, sob a luz da lua".

Emocionado, Ulysses disse acreditar que não teria mais surpresas depois

de tantos anos no Congresso, o que acontecia naquele momento, ao ver o auditório repleto por representantes dos setores mais carentes e injustiçados do povo. O presidente da Constituinte prometeu empenho especial para transformar as emendas em ordenamento legal e disse que, na sua opinião, a participação popular não briga com a apresentação parlamentar no Congresso e na Constituinte.

Já no seu gabinete, Ulysses Guimarães recebeu das mãos do deputado Bosco Amáral (PMDB-SP) e do vereador peemedebista

Reinaldo Camarosano, de Santos, uma outra emenda popular também propondo aposentadoria para a dona-de-casa. Com um sorriso, lembrou os "incrédulos, gente que achava 30 mil assinaturas um número grande demais para a apresentação de emendas". E arrematou: "Essas emendas dão muita seiva ao nosso trabalho, estamos aqui para fazer o que o povo quer e precisa". Vale lembrar que o presidente Ulysses Guimarães foi um dos principais opositores, logo no início dos trabalhos da Constituinte, da proposta de apresentação de emendas populares.

Fenen também patrocina

O presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, deverá entregar na próxima semana ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma emenda que até ontem contava com cerca de 40 mil as-

sinaturas de populares, garantiu Dornas.

A emenda patrocinada pela Fenen garante o ensino gratuito em todos os níveis e em qualquer estabelecimento para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos.

Comissão já recebe temas polêmicos

Só na próxima semana deverá ser votado na Comissão de Sistematização o projeto de Decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP) propondo a realização de eleições para presidente em 15 de novembro de 88. O Projeto já foi despachado pelo presidente da Constituinte à Comissão, mas o relator Bernardo Cabral tem um prazo de cinco dias para elaborar o seu parecer, que deverá ser favorável na preliminar, mas contrário no mérito, o que não impede que seja votado pelos 93 membros da Sistematização.

Na sessão marcada para as 9:00 horas de hoje serão apreciadas 12 emendas populares já aceitas por preencher os requisitos regimentais, além de dois projetos de Resolução propondo a realização de plebiscitos. Um é de autoria do líder do PDT Brandão Monteiro, e sugere um plebiscito para a definição do mandato do presidente José Sarney e sistema de governo, o outro, do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), propõe uma consulta plebiscitária para que a população aprove ou rejeite o texto da futura Constituição.

Considerados polêmicos, os dois projetos têm a oposição tanto do relator Bernardo Cabral, como do líder do governo Carlos Sant'Anna, que já tem estratégias regimentais para derrubá-los no plenário da Sistematização. O parecer de Cabral será favorável na preliminar, permitindo que as propostas sejam votadas pelos membros da Comissão, mas contrário no mérito.

O líder Carlos Sant'Anna, por outro lado, chegará ao plenário com uma preliminar pronta contra os dois projetos. Em primeiro lugar ele argumentará que projetos de Resolução só podem ser aprovados com quorum qualificado — 47 votos sim —, pois não foram apresentados como projeto de Decisão, que exige maioria simples. Em segundo lugar ele levantará questão de ordem esclarecendo que a matéria é vencida na Comissão de Sistematização, uma vez que seus membros já aprovaram um projeto de Constituição que trata das consultas plebiscitárias e que prevê mandato de 5 anos.